



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 28ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM
RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL**
PROCESSO Nº: **321007-5**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO : **EDILEUZA BARROS DE LIRA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE AGRAVO TIRADO EM APELAÇÃO CÍVEL - DECISÃO TERMINATIVA QUE NEGOU SEGUIMENTO A APELAÇÃO CÍVEL. INTELIGÊNCIA DO ART. 557, Caput, DO ESTATUTO PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA DE 1º GRAU QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO, PARA DETERMINAR O RECEBIMENTO DA TOTALIDADE DAS AÇÕES E SEUS RESPECTIVOS DIVIDENDOS DECORRENTES DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES DE TELEFONIA FIXA – AUSÊNCIA DE OMISSÃO – PRETENSÃO DE REABERTURA DA DISCUSSÃO JÁ EXAURIDA – À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE OS PRESENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

I – O manejo dos embargos de declaração tem por finalidade precípua apreciar possíveis omissões, obscuridades e contradições, e, ainda, eventualmente emprestar efeito infringente, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

II – No caso em tela, todas as questões já foram plenamente exauridas, não havendo de se falar em divergência jurisprudencial.

252
W

III - Pretensão de reabertura da matéria embargada, refugindo assim do âmbito dos Embargos de Declaração.

IV - À unanimidade de votos, rejeitou-se os presentes Embargos de Declaração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0321007-5, figurando como Embargante, **TELEMAR NORTE LESTE - TELEMAR**, e, como Embargado, **EDILEUZA BARROS DE LIRA**; Acordam os Desembargadores que compõem a **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em **REJEITAR** os presentes aclaratórios, mantendo na íntegra a decisão recorrida, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29-05-2014.


Itabira De Brito Filho
- Relator -



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE - 28ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM**
RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL
PROCESSO Nº: **321007-5**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO : **EDILEUZA BARROS DE LIRA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

R E L A T Ó R I O

TELEMAR NORTE LESTE S/A, pessoa jurídica de direito privado, já devidamente qualificados nos autos, por seu bastante procurador, interpôs os presentes **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**, desafiando acórdão lavrado nos autos de Recurso de Agravo, que, por sua vez foi manejado em face **decisão terminativa** de minha lavra, que **negou seguimento** ao Recurso de Apelação Cível nº 321007-5, para manter a sentença de 1º grau, que julgou parcialmente procedente a Ação de Perfazimento Obrigacional de Subscrição Acionária c/c Perdas e Danos, que lhe foi movida por **EDILEUZA BARROS DE LIRA**.

Inconformado com os termos da referida decisão, alega a Embargante que ingressou com os presentes aclaratórios, a fim de prequestionar a matéria tratada no recurso, a fim de possibilitar a subida de recursos aos Tribunais Superiores.

Outrossim, alega que a decisão padeceria de omissão, na medida em que a decisão não teria observado as portarias Ministeriais e normas aplicáveis à espécie, bem como deixou de tratar a respeito da possibilidade do acionista controlador, de eventual responsabilidade da administração pública, o que ensejaria a improcedência dos pedidos subsidiários feitos pela Autora, ora Embargada, em sua peça exordial.

254

Nesse sentido, pugna pelo conhecimento e provimento dos presentes aclaratórios, com vistas a serem expungidas as omissões acima citadas.

É o relatório.

Recife, 29 de 05 de 2014.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **RECIFE – 28ª VARA CÍVEL**
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM**
RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL
PROCESSO Nº: **321007-5**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO : **EDILEUZA BARROS DE LIRA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

VOTO DO RELATOR

Cuidam os presentes autos de Embargos de Declaração, cuja irresignação é decorrente de alegada omissão em face de algumas questões que não teriam sido devidamente apreciadas, quando do julgamento do recurso.

Como é cediço, nos precisos termos do art. 535 do Estatuto de Rito, os Embargos de Declaração tem por finalidade propiciar a integração do julgado, na hipótese de ter ocorrido omissão a ponto ou questão sobre a qual deveria se pronunciar, e, ou, eventuais esclarecimentos quanto à obscuridade ou contradições contidas no pronunciamento judicial, possibilitando, ainda, em caráter excepcionalíssimo, emprestar efeito infringente ao julgado, na hipótese de manifesto erro material ou de manifesta nulidade do acórdão, quando não existente outro recurso cabível à espécie.

No caso em tela, não há que se falar em existência de qualquer omissão, uma vez que essas questões foram devidamente analisadas pela decisão vergastada, ocasião em que assim me posicionei :

Analisando os autos, vê-se que o Apelado adquiriu ações, através de um contrato de participação financeira firmado com a TELPE, hoje sucedida pela TELEMAR, ora Apelante, posto que, na época, era a única forma de obter a instalação de uma linha telefônica.

376
376

Com efeito, sabe-se que o contrato celebrado fora obtido adesivamente pela Autora/Apelada, sem a possibilidade de discussão das cláusulas contratuais, uma das quais previa que a prestadora de serviço de telefonia teria até doze meses da data em que o valor foi pago pelo consumidor – no caso, pago à vista pela Apelada – para retribuir em ações o que fora investido.

Nesse interim, é notória a situação de desvantagem passada pelo consumidor, posto que suas ações somente eram subscritas em tempo ulterior, fazendo com que o valor patrimonial de cada ação sofresse majoração e, por consequência, fossem recebidas em menor quantidade.

Explica-se:

Quanto maior o valor unitário de cada ação, menor será a quantidade de ações distribuídas ao acionista. Isso porque a quantidade de ações é igual ao valor do contrato dividido pelo VPA (Valor Patrimonial da Ação), ou seja, o número de ações seria obtido pelo resultado da divisão entre o capital investido e o valor patrimonial de cada ação.

No caso ora sob exame, é possível identificar que as ações somente foram subscritas em momento bem posterior ao pagamento do contrato, enquanto que deveria ter sido realizado no dia em que houve o desembolso pela Autora/Apelada. Nesse passo:

RECURSO DA BRASIL TELECOM. VALOR PATRIMONIAL DAS AÇÕES. CÁLCULO COM BASE NO BALANCETE DA EMPRESA RÉ RELATIVO AO MÊS EM QUE HOUVE O DESEMBOLSO, OU, SENDO O CASO DE QUITAÇÃO PARCELADA, O MÊS EM QUE HOUVE O PAGAMENTO DA PRIMEIRA PRESTAÇÃO. SÚMULA 371 DO STJ. RECURSO DESPROVIDO. O valor patrimonial unitário da ação deve ser o aferido em balancete da empresa de telefonia elaborado no mês em que houve o desembolso pelo consumidor, ou, tendo ocorrido a quitação de forma parcelada, o mês em que houve o pagamento da primeira prestação (...) [TJSC - Apelação Cível n. 2012.057640-3, de Joinville Relator: Des. Paulo Roberto Camargo Costa]

Ementa: DIREITO SOCIETÁRIO. BRASIL TELECOM. SUBSCRIÇÃO COMPLEMENTAR DE AÇÕES. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. BALANCETE MENSAL. DOBRA ACIONÁRIA E DIVIDENDOS DEVIDOS. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO. AUSÊNCIA DE INSURGÊNCIA QUANTO AO PONTO.

Quem

257
2

1. A jurisprudência da Casa é sólida em afirmar que a complementação de ações buscada pelos adquirentes de linha telefônica, mediante contrato de participação financeira, deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização (REsp 1033241/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Segunda Seção, julgado em 22/10/2008, DJe 5/11/2008).

2. A legitimidade da Brasil Telecom S/A para responder pela chamada "dobra acionária", relativa às ações da Celular CRT Participações S/A, decorre do protocolo e da justificativa de cisão parcial da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT). Constitui fato notório, reiteradamente reconhecido pelas instâncias locais, que o protocolo e a justificativa de cisão da Companhia Riograndense previa que, para cada ação que o titular possuísse antes da cisão, equivaleria a uma ação da telefonia fixa (CRT) e a outra da telefonia móvel (Celular CRT).

3. É devida indenização a título de dividendos ao adquirente de linha telefônica como decorrência lógica da procedência do pedido de complementação das ações da CRT/Celular CRT, a contar do ano da integralização do capital.

4. Inexistindo insurgência, no recurso especial, acerca do pedido relativo ao pagamento de juros sobre capital próprio, descabe seu acolhimento nesta sede (REsp 1171095/RS, Rel. Ministro Massami Uyeda, Rel. p/ Acórdão Ministro Sidnei Beneti, Segunda Seção, julgado em 9/6/2010, DJe 3/12/2010).

5. Recurso especial parcialmente provido.

Processo REsp 842118 / RS RECURSO ESPECIAL 2006/0087548-5 Relator(a) Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO (1140) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA Data do Julgamento 08/11/2011 Data da Publicação/Fonte DJe 29/11/2011

Desta forma, deflagra-se a total desigualdade contratual e a posição desvantajosa em que se encontra o consumidor, o que deve ser rebatido por este Tribunal, de modo a estabelecer o equilíbrio contratual.

Portanto, não há razão para que se reforme a sentença ora rebatida, eis que em total harmonia com a jurisprudência pátria:

CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA NOS MOLDES DA PORTARIA 881/90 DO MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA. IRRELEVÂNCIA EMISSÃO DE AÇÕES. DIREITO DO AUTOR À DIFERENÇA CONSTATADA ENTRE O NÚMERO DE AÇÕES A QUE FARIA JUS NA DATA DO DESEMBOLSO E AS QUE FORAM EFETIVAMENTE



578
d

EMITIDAS, OU À INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS NO VALOR EQUIVALENTE, BEM COMO AOS RESPECTIVOS DIVIDENDOS. EXEGESE DO DISPOSTO NO ART. 633 DO CPC. DESNECESSIDADE DE APURAÇÃO EM FASE DE CONHECIMENTO. PRESCRIÇÃO DOS DIVIDENDOS (ART. 206, § 3º, III, CC/02) INOCORRENTE. RECURSO DA BRASIL TELECOM DESPROVIDO. O **adquirente de linha telefônica, em contrato de participação financeira, faz jus à diferença entre o número de ações a que teria direito na data do pagamento e as que efetivamente foram emitidas posteriormente, ou à indenização por perdas no valor correspondente. O pagamento dos dividendos constitui decorrência natural da complementação de ações, não havendo que se falar na prescrição trienal do art. 206, § 3º, III, do Código Civil, tendo em vista que a pretensão de havê-los somente nasce quando reconhecido ao contratante o direito ao número diferencial de ações não emitidas pela empresa de telefonia das quais advirá o cálculo desta remuneração. [TJSC – Apelação Cível 2008.017166-4]**

À luz de tais considerações, é extema de dúvidas que os presentes aclaratórios, visam unicamente reabrir a discussão sobre matéria já examinada, o que foge completamente dos limites dos Embargos de Declaração.

Diante do exposto, **REJEITO** os Embargos de Declaração interpostos contra a decisão atacada, para mantê-la em todos os seus termos.

Recife, 29 de 05 de 2014.


ITABIRA DE BRITO FILHO
Des. Relator